



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
COLÉGIO DE DIRIGENTES  
Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES  
27 3227-5564 – 3235-1741 – ramal 2003

## **Ata da reunião ordinária do Colégio de Dirigentes do Ifes 10 de agosto de 2015**

No dia dez de agosto de dois mil e quinze reuniu-se, o Colégio de Dirigentes do Instituto Federal do Espírito Santo, às dez horas, no Salão de Reuniões da Reitoria, sob presidência do Reitor Denio Rebello Arantes, com a presença dos seguintes membros: da Pró-reitoria de Administração, sr. Lezi José Ferreira; da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional, sr. Ademar Stange; da Pró-reitoria de Ensino, sra. Araceli Verônica Flores Nardy Ribeiro; da Pró-Reitoria de Extensão, sr. Renato Tannure Rota de Almeida; da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, sr. Márcio Almeida Cói; da Diretoria de Planejamento, sr. Elton Siqueira Moura; da Diretora do Centro de Referência em Formação em Educação a Distância, sra. Vanessa Battestin Nunes; da Diretoria de Administração e Orçamento, sr. Antonio Tadeu Vago; da Diretoria de Gestão de Pessoas, sra. Danusa Simon Robers; da Diretoria de Tecnologia da Informação, sr. Joubert Alexandrino de Souza; do campus Alegre, sra. Maria Valdete Santos Tannure; do campus Aracruz, sr. Hermes Vazzoler Júnior; do campus Barra de São Francisco, sr. Jean Rubyo de Oliveira Lopes; do campus Centro-Serrano, Adriana Piontkovsky Barcellos; do campus Colatina, sr. Luiz Braz Galon; do campus Guarapari, sr. Ronaldo Neves Cruz; do campus Itapina, sr. Anderson Mathias Holtz; do campus Linhares, sr. Antônio de Freitas; do campus Nova Venécia, sr. Welliton de Resende Zani Carvalho; do campus Piúma, sra. Cláudia da Silva Ferreira; do campus São Mateus, sr. Mário Cezar dos Santos Júnior; do campus Serra, sr. José Geraldo Neves Orlandi; do campus Viana, sra. Edna dos Reis; do campus Vila Velha, sra. Denise Rocco de Sena; do campus Vitória, sr. Ricardo Paiva. O Presidente abre a reunião e faz a leitura da minuta da pauta, com os seguintes itens: **1. Informes; 2. Apresentação PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional; 3. Apresentação, pelo diretor-geral Hermes Vazzoler, de relatório sobre a proposta de Regimento do Conselho de Gestão do Campus Barra de São Francisco; 4. Apreciação do Regulamento do CPAD – Comissão Permanente de Avaliação de Documentos.** Abre o **item 1** e passa palavra para o Pró-reitor Ademar Stange que apresenta o senhor Elton Siqueira Moura, novo Diretor de Planejamento do Ifes, acrescentando que o professor é originário do campus Serra, destacando sua competência e a ressaltando a expectativa institucional de que o professor Elton contribua significativamente para o Ifes. Passa a palavra para o professor Elton que relata a recente conclusão de doutorado na área de processos no mês de março, revelando ter conhecido alguns dos diretores na inauguração do curso Técnico de Cães Guia do campus Alegre. Acrescenta que após a defesa de sua tese, realizou diversas capacitações, revelando a vontade de contribuir para a instituição e colocando-se à disposição de todos. O Presidente abre o **item 2** e informa que o Pdi já foi item de reunião do Conselho Superior, mas foi retirado de pauta, uma vez que precisava ser disponibilizado para consulta pública. Desta forma, foi concedido um período de 3 semanas para que a comunidade analisasse e se manifestasse sobre o documento. Relata que foram recebidas uma série de considerações, a maioria delas referente a investimento, a novos cursos e ao Cefor, antigo Cead. Relata que a servidora Moramey compilou todas as informações, ressaltando que os conselheiros receberam a versão anterior, e que após aprovação

desse Colégio, a versão atualizada será encaminhada ao Conselho Superior. Informa que somente as diferenças entre as versões serão pontuadas e passa a palavra para a servidora Moramey que relata que revisou o documento a partir das contribuições da comunidade Ifes, enfatizando que a maioria delas refere-se à oferta de cursos. Relata que muitas dúvidas foram originadas pelo desconhecimento de que o Pdi começa a vigorar a partir de 2014/2, assim, o quantitativo de matrícula corresponde ao de 2014. Informa que os cursos, que não haviam sido criados à época bem como o número de matrículas desatualizadas, foram devidamente atualizados e inseridos na nova versão. Esclarece que algumas solicitações não puderam ser alteradas vide a impossibilidade de executá-las, tais como: o polo Etec no município Barra São Francisco, o erro na microrregião do campus São Mateus e o quantitativo de servidores, sendo que o último, as alterações foram encaminhadas para a DPG. Relata que a equipe do Cefor se reuniu e atualizou as informações, aponta as alterações/inclusões, dentre elas, a alteração da nomenclatura e o atendimento ao estudante por mídia assistida. Relata que os dados referentes à extensão que não haviam sido enviados para a primeira versão foram formatados e inseridos em tabela, apontando os cursos, projetos, programas e eventos contemplados pela extensão. Explica que não incluiu a criação de campus pois a lei de criação restringe-se basicamente aos cargos, uma vez que a criação do campus é realizada por meio de portaria. Revela que os dados referente ao orçamento foram incluídos em conformidade com planilha que está sendo formatada pela CSO e que, ao finalizar a formatação, será incluída ao Pdi. O Presidente informa a inclusão do Polo de Inovação, do projeto estruturante e das notícias mais recentes nas considerações finais. Ao perguntar se os campi tinham incluído o Proeja no planejamento e receber a resposta negativa dos dirigentes, revela que a instituição vai inserir metas gerais para o Proeja, as quais serão aumentadas progressivamente até 2019, com o objetivo de passar a oferta para cinco por cento das matrículas de ensino médio, enfatizando que esse percentual ainda está longe da determinação legal, ou seja, dez por cento. A servidora Moramey relata que pela projeção de matrículas de graduação, alguns campi estarão, em 2019, extrapolando o máximo permitido por lei, ou seja, 50 por cento das matrículas. O Presidente relata que as ofertas que ultrapassarem o máximo permitido, serão cortadas pela instituição, explicando que vai estar em destaque no PPI a quantidade de vagas destinadas à graduação. O diretor Ricardo relata que o significativo aumento da educação superior perante a estabilidade de oferta dos cursos técnicos, pode ser resultado do perfil dos docentes que estão sendo disponibilizados para concursos. Esclarece que essa reflexão é necessária, uma vez que, dependendo do perfil do professor contratado, poderá haver recusa em lecionar certas disciplinas, acrescentando que alguns professores se preocupam com suas pesquisas do que com o ensino. O dirigente Ronaldo concorda com o diretor Ricardo, acrescentando que os campi tem características diferentes e que por causa dessas particularidades, os campi do interior ainda não passam por isso, acrescentando que a instituição deve impedir essa prática. O dirigente Wellington discorda, justificando-se no fato de que a formação acadêmica não isenta o professor de trabalhar na área técnica e acrescenta que o docente não deve escolher onde atuar, visto que deve exercer suas atividades, respeitando sua área de formação, de acordo com as necessidades institucionais. Relata que os professores que lecionam para o nível técnico ou integrado tem formação acadêmica superior à graduação, enfatizando a necessidade de se realizar um planejamento de cinco anos que contemple, principalmente, as áreas específicas. O dirigente Ricardo esclarece que sua reflexão se baseia nos números apresentados, pelos quais constata-se que a oferta de ensino técnico permaneceu estável enquanto a de graduação aumentou, permitindo concluir que esse evento seja causado pelos professores que a instituição está contratando e que não querem lecionar para o nível técnico. A Pró-reitora Araceli relata que todos tem suas razões nas exposições apresentadas, acrescentando que na verticalização de um campus, o professor que possui somente graduação não

pode lecionar para esse modalidade educacional. O Presidente relata que o atual momento, apesar de ser ruim para o país, é muito bom de contratação de professores, pois a demissão de engenheiros pode ser excelente oportunidade para preencher as vagas. Sugere, com o intuito de resolver os problemas relatados pelo dirigente Ricardo, que se inclua nos concursos a necessidade de frequentar um curso de formação, acrescentando que o procurador já se manifestou contrário a inclusão desse requisito no estágio probatório, mas acredita que a inclusão dessa exigência no edital seja legal. Relata que o professor desse ser instruído claramente das necessidades da instituição para que possa contribuir e não se tornar um problema. O dirigente Carnielli relata que um professor não pode se recusar a lecionar uma determinada disciplina, acrescenta que, em um primeiro momento, pode se negar, alegando não estar preparado, e nesse caso, não pode se negar a realizar uma capacitação. O Presidente relata que se a disciplina não estiver dentro do escopo de formação do profissional, ele pode se recusar a lecionar, mas caso contrário, não pode negar e tem que realizar a capacitação. O dirigente Mário questiona se há um documento institucional com essas determinações, ressaltando que caso não exista, ele deve ser instituído. O Presidente informa que não é necessário porque a obrigação do professor é lecionar qualquer disciplina dentro do seu escopo de formação, revelando que frequentemente o profissional se recusa e a instituição é conivente. Relata que, sempre que possível, é preferível deixar o professor escolher mas diante de sua recusa, a coordenação tem que intervir. Afirma que concurso pode restringir o perfil do professor para que não se contrate especialista que coloque seus interesses pessoais a frente dos institucionais, pois nesse caso, havendo conflito, o gestor tem a obrigação de intervir. O Pró-reitor de Extensão, prof. Renato Tannure relata que algumas questões relativas a extensão ainda não foram incluídas do PDI, mas os diretores não precisam se preocupar, pois os dados enviados à Pró-reitoria de Extensão serão inseridos no documento final. Diante da dúvida de alguns diretores sobre o relato do pró-reitor, o diretor Ronaldo explica que o prof. Renato Tannure solicitou que os campi remetessem a ele dados referente a extensão, ressaltando ser 7 de agosto a data limite para o envio. Relata que entre as vistas do Roquemar e da Moramey aos campi até o momento presente foi um espaço de tempo muito grande, criou-se, segundo ele, uma lacuna que prejudicou a compilação e envio das informações. Revela que o campus Guarapari elaborou uma série de sugestões, ressaltando que a Prodi terá trabalho para compilar todas as informações, explicando que a grande quantidade de dados se deve ao fato de que, à época das visitas, informações apresentadas pelo campus não foram contempladas no documento atual, por isso a necessidade de atualização. O Presidente relata que o Pdi é um planejamento plurianual, por isso a sua elaboração não é tarefa simples. Enaltece o trabalho realizado pela instituição, destacando que o resultado alcançado foi o melhor possível, mas aponta que ainda assim, está muito aquém das necessidades de um Pdi. Relata que, por ser um documento plurianual, é possível adequá-lo a alguma demanda, desde que as alterações não sejam complexas e que tenham uma justificativa condizente. Relata que o investimento financeiro é algo complexo visto sua dependência a fatores externos nos quais a instituição não tem controle, como o governo e orçamento. Anuncia que na próxima sexta-feira, o Pdi será apresentado na reunião do Conselho Superior, e após sua aprovação, será inserido no sistema do Inep para credenciamento da instituição. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favoravelmente a aprovação do Planejamento de Desenvolvimento Institucional – PDI. O dirigente José Orlandi relata a capacitação em PAD para gestores, em Brasília, e durante o curso, ficou evidente que a insubordinação é motivo para abertura de processo administrativo. Relata que é inaceitável o professor não lecionar uma disciplina dentro do seu escopo, acrescentando que, nesses casos, a CGU aconselha a abertura do PAD, ressaltando que vai enviar os materiais para os demais. O dirigente Jean Rubyo revela que diversas demissões no serviço público originaram-se de Pds abertos por esse motivo. O diretor Tadeu afirma que os perfis de professores devem ser expandidos

ao máximo para que se evite a recusa por parte do profissional em lecionar uma disciplina solicitada pela instituição. Os dirigentes discutem estruturas de perfis para que se evitem problemas futuros. O diretor Wellington revela que o campus Nova Venécia, na intenção de ofertar um curso de Geologia, discutiu a possibilidade de se contratar um professor doutor Geólogo, cuja formação específica impossibilitaria seu aproveitamento em outras disciplinas, assim, continua o diretor, decidiu-se pela capacitação dos atuais professores para que eles assumam essa disciplina, enfatizando que, com um pouco de planejamento, essas questões podem ser revolidas. A diretora Maria Valdete informa que o curso tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas foi avaliado pelo Mec, recebendo nota 5. O Presidente informa que, em virtude da falta de tempo nessa reunião, o **item 4** será apresentado na próxima reunião. Abre o **item 3** e passa a palavra para o diretor Hermes que relata que analisou a proposta de regimento interno do Conselho de Gestão do campus Barra de São Francisco, fez alguns apontamentos que serão corrigidos pelo campus e posiciona-se favorável a aprovação. O Colégio de Dirigentes, sem ressalvas, manifesta-se favorável ao Regimento Interno do Conselho de Gestão do campus Barra de São Francisco com as alterações propostas pelo dirigente Hermes. O diretor Ricardo relata que o campus Vitória elaborou o organograma em macro, vislumbrando as estruturas, pois, segundo a Prodi, haveria um regimento macro que seria modelo para os demais regimentos, destacando que seria inconcebível que um regimento de um setor seja diferente de outro no mesmo campus. Assim, continua o diretor, dever-se-ia aprovar o regimento do campus primeiro. O Presidente informa que os regimentos dos campi serão aprovados em breve. O Pró-reitor Ademar revela que a Prodi deu prioridade à elaboração do Pdi por causa do recredenciamento, mas que a partir de agora um esforço será realizado para se elaborar o regimento de cada campus do Ifes, revelando que, no mínimo uma reunião de um dia inteiro com os diretores, será necessária para finalizar os documentos. O diretor Ricardo revela que o campus Vitória já tinha finalizado o documento, mas foi necessário fazer uma adaptação e que logo após, foi divulgado a existência de outro maior, o que postergou a aprovação do regimento do campus, causando ansiedade nos servidores. O diretor Mário pergunta se o campus Vitória está elaborando um regimento próprio. O diretor Ricardo responde que o regimento interno do campus Vitória terá como modelo o regimento geral do Ifes. O Presidente acrescenta que o regimento geral é mais amplo e genérico, possibilitando que os campi, ao elaborarem seus respectivos regimentos, possam especificar suas particularidades. A diretora Denise ressalta que há uma resolução do Conselho Superior que é modelo para os regimentos dos conselhos de gestão dos campi, no entanto, essa resolução apresenta uma pequena incompatibilidade com o regimento geral, enfatizando a necessidade de se alterar a resolução. O diretor Hermes relata que os regimentos citam que cabe a chefia do gabinete secretariar o conselho de gestão, mas nem todos os campi funcionam assim. O Presidente concorda com os diretores Denise e Hermes, acrescentando que após a finalização do documento geral todas as normas institucionais que necessitem de alteração serão atualizadas. O Presidente solicita aos presentes que usem a palavra regulamento em vez de regimento, uma vez que regimento tem um caráter mais formal. Revela sua preocupação para com a quantidade de perfis de professores enviados para a comissão de concurso público, ou seja, para 90 vagas foram elaborados 80 perfis, enfatizando que cada um custa quarenta mil reais, totalizando três milhões e duzentos mil reais, valor impossível de ser custeado pelo Ifes. Expõe sua incompreensão pela impossibilidade de se unir alguns perfis, reconhecendo que o diálogo é difícil, mas que deve-se atualizar e aglutinar alguns. Relata que há casos em que os perfis solicitados correspondem a aqueles descritos em concursos em vigência, situação que fará com que candidatos que se sintam prejudicados recorram à Justiça. Destaca que há perfis muito semelhantes, fato que, possivelmente, trará problemas judiciais, enfatizando que os perfis semelhantes sejam agregados em um só. Revela que, sem muita dificuldade, é possível eliminar,

no mínimo, vinte perfis, proporcionando uma economia de oitocentos mil reais. O Pró-reitor Ademar relata que já foi presidente de banca de concurso, ressaltando o quão difícil é a tarefa e afirma que qualquer deslize pode prejudicar o andamento do concurso por causa de ações judiciais. Revela que o processo para realização do concurso iniciou em setembro do ano passado, com a perspectiva de que os professores aprovados pudessem estar em sala de aula no segundo semestre de 2105. Reconhece a dificuldade de se construir uma solução coletiva e rápida, destacando que a instituição não deve optar pela especificidade dos perfis. Relata que sistemas informatizados facilitariam a escolha de perfis para os concursos, relevando a tentativa institucional de avançar nessa área e conclama a união de todos para que os professores estejam em sala de aula no primeiro semestre de 2016. Relata a necessidade de se existir um código para cada vaga disponibilizada, concluindo que a questão pedagógica é mais grave que as dificuldades financeiras, e reiterando a necessidade de se recusar o estreitamento acadêmico, isto é, a especificidade de formação do professor. Sugere realizações de reunião com os coordenadores locais para resolver essas questões de perfil. O diretor Anderson relata que esse assunto já foi discutido mais de uma vez e que, em diversas reuniões, não houve consenso, assim propõe que a comissão de concurso determine a fusão dos perfis docentes. A diretora Danusa revela que há onze perfis de matemática e que nenhum campus quis abrir mão do perfil previamente definido, desta forma, sugere que o Colégio de Dirigentes defina a colapsagem e a encaminhe à comissão do concurso. A Pró-reitora Araceli reitera a dificuldade de se alterar os perfis pois nenhum campus quer ceder ou desistir dos perfis previamente definidos, no entanto, ressalta que a coordenação do campus deve apresentar uma solução para o impasse. Os dirigentes Ronaldo e Denise concordam com a sugestão do diretor Anderson, sendo que a diretora lembra que foi realizado um concurso de remoção interna e que por isso não se pode alterar o perfil a ser disponibilizado no concurso público. O dirigente Ricardo relata que, se os diretores-gerais e os diretores de ensino não querem assumir a responsabilidade pela alteração dos perfis para não sofrer desgaste no campus, a comissão do concurso e as pró-reitorias não podem se eximir, sugerindo que a comissão faça a colapsagem. O diretor Mário revela que, no campus São Mateus, a questão de colapsagem de sociologia se devia ao alto custo, desta forma, o problema foi encaminhado a coordenadoria que apresentou a solução, sugerindo a seguir, que a comissão de concurso proponha um modelo de perfil geral. O Pró-reitor Ademar reitera a necessidade de se construir uma solução coletiva, enfatizando que qualquer decisão deve ser pautada no bom senso. A diretora Edna releva que um perfil geral permitiria a inscrição de uma gama enorme de candidatos, com variadas formações, impossibilitando que os possíveis aprovados tenham as formações necessitadas pelo do campus. A Pró-reitora Araceli revela que os perfis de vagas disponibilizados no concurso de remoção interna não podem ser alteradas. Relata sua preocupação com a especificidade dos perfis, visto que da forma com que foram elaborados não permitem que os alunos egressos do Educimat se candidatem às vagas de professor. O diretor Ricardo revela sua preocupação com tamanha especificidade de vagas, pois elas podem, previamente, determinar o candidato aprovado. O diretor Wellington solicita que todos se concentrem para encontrar uma solução, explicando que a proposta do diretor Anderson transfere a responsabilidade desse Colégio para a comissão, vide a impossibilidade dos dirigentes chegarem a um consenso. Concorda com a diretora Edna, ressaltando que alguém deve assumir a responsabilidade, e sugere que a comissão realize uma reunião com os campi, composta por coordenador de área e o diretor de ensino, com o objetivo definir os perfis. Enfatiza que uma decisão é necessária, mas ressalta que a comissão tem autonomia mas não tem competência. O Pró-reitor Ademar sugere que as reuniões sejam por área com presença de duas pessoas de cada campus, diretor de ensino e coordenador de área, para solucionar os problemas dos perfis com problemas, caso contrário, a definição será responsabilidade da comissão. O diretor Ricardo

relata que o fato dos perfis de matemática não aceitarem os alunos do Educimat é um problema sério, enfatizando o quão absurda é essa situação. O diretor Anderson esclarece que sua proposta não tem a intenção isentar os dirigentes de sua responsabilidade, mas sim, ressaltar que é a terceira vez que o assunto é discutido sem chegar a uma decisão, enfatizando a necessidade de se chegar a uma definição o mais rápido possível, por isso, acredita que a comissão deveria definir os perfis. A diretora Danusa sugere que caso o diretor-geral não participe da reunião que envie um representante com autonomia. O Colégio de Dirigentes aprova a realização de reuniões, por área, com representantes dos campi com o objetivo de resolver os problemas com os perfis. O Presidente relata que semana passada em reunião na Setec com a presença dos reitores que tiveram polo inovação aprovados, foram definidas as portaria de implantação e atividade dos polos, cabendo ao Ministro de Educação assinar os atos. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradece a presença de todos e declara a reunião encerrada. Eu, Alessandro Gonçalves de Assis, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes.